



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
Assessoria Jurídica



Assunto: Análise jurídica do Edital para confec o de rouparia.

Parecer n  0102-001/2023-AJM

Vem a esta Assessoria Jurídica, solicita o do Pregoeiro Municipal para análise jurídica da minuta de Edital relativo   confec o de rouparia.

Inicialmente, cabe esclarecer que os procedimentos de aquisi o pública, seja de serviços ou de bens, visam sempre a melhor proposta para a Administra o e, dentro desse foco, alguns itens do Edital podem gerar desclassifica o ou descredenciamento por formalidade excessiva. O Tribunal de Contas da União já se manifestou nesse sentido:

O apego a formalismos exagerados e injustificados   uma manifesta o perniciososa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário, sob o manto da legalidade estrita. Esquece o interesse público e passa a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do edital devem ser interpretadas como instrumentais. (Decisão TCU n  695/1999)

De outra ponta, a op o pela modalidade de licita o   a mais vantajosa para a Administra o Pública, uma vez que a ado o do pregão, na modalidade eletr nica, possibilita o maior número de concorrentes no certame, o que tem a maior probabilidade de resultar na contrata o da proposta mais vantajosa.

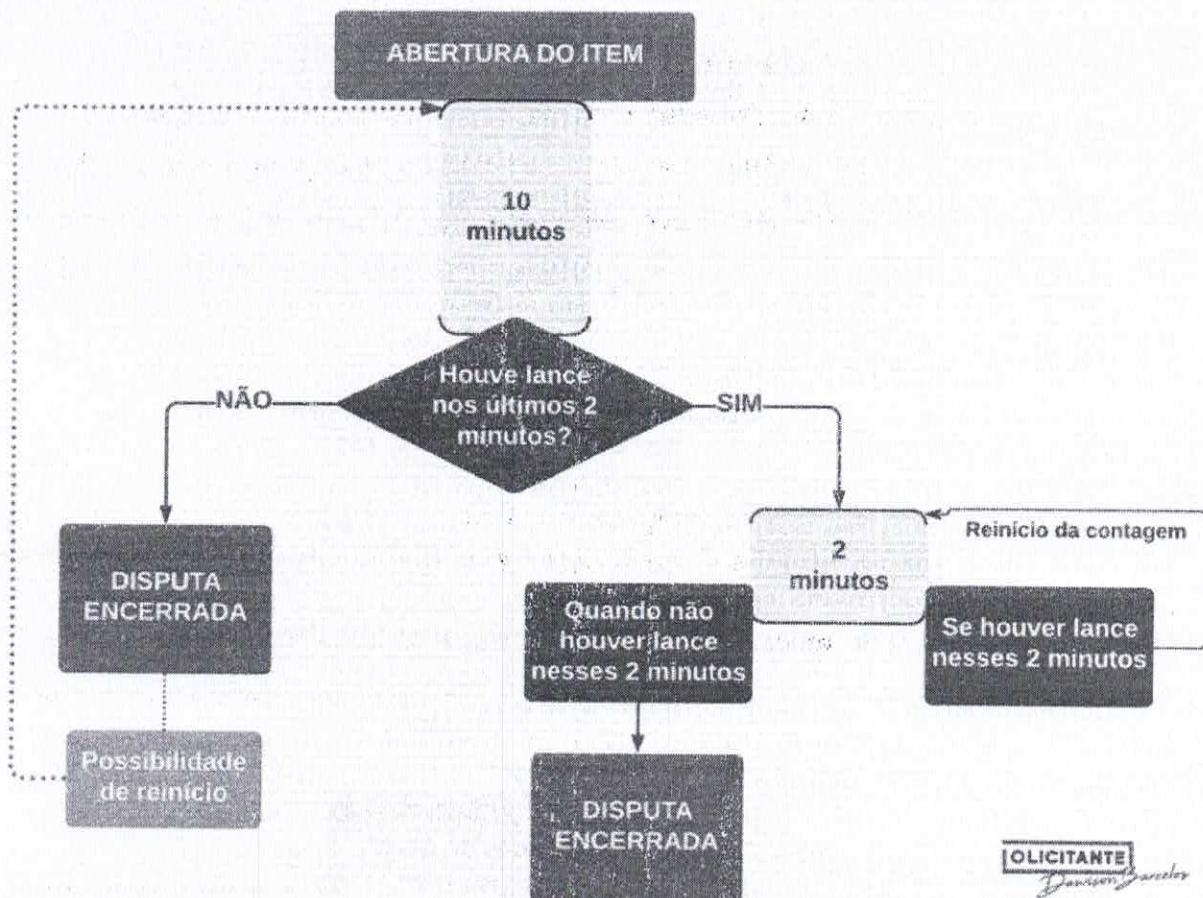
Da mesma maneira, utilizando-se das altera es na legisla o acerca dos modos de disputa, o Edital adotou o sistema "aberto", não utilizando mais o tempo randômico, posto que abolido da legisla o afeita   matéria. Em resumo, os modos de disputa para o pregão eletr nico, atualmente, subdividem-se em "aberto" e "aberto e fechado"



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
Assessoria Jurídica



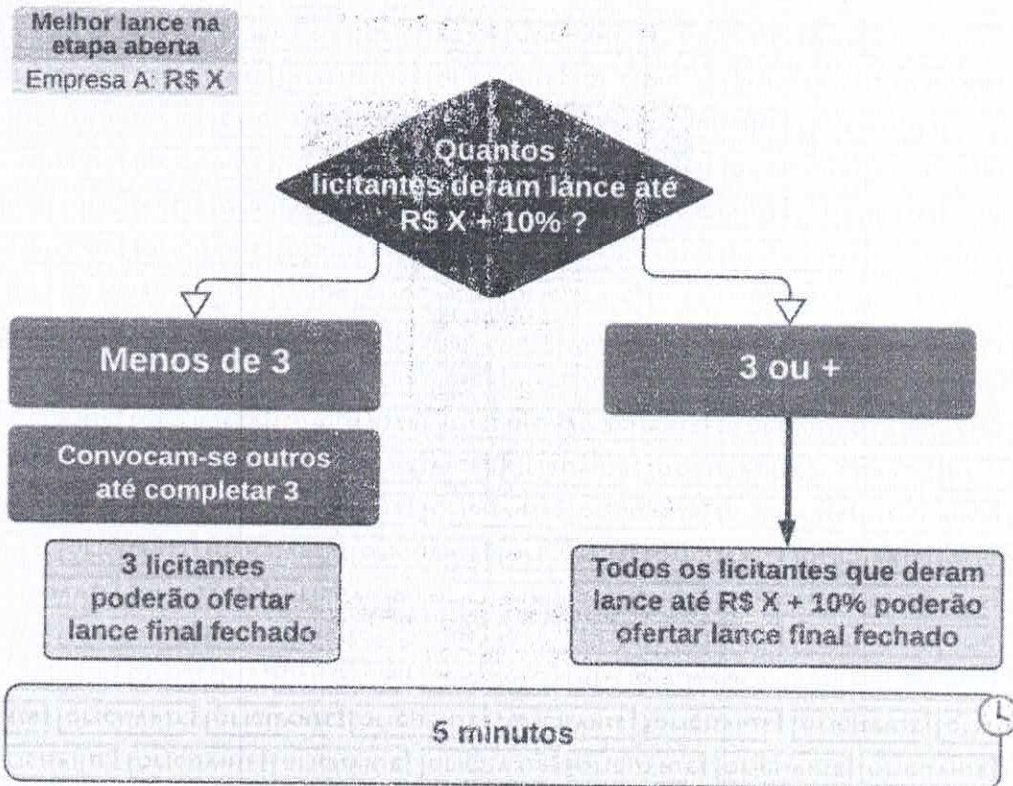
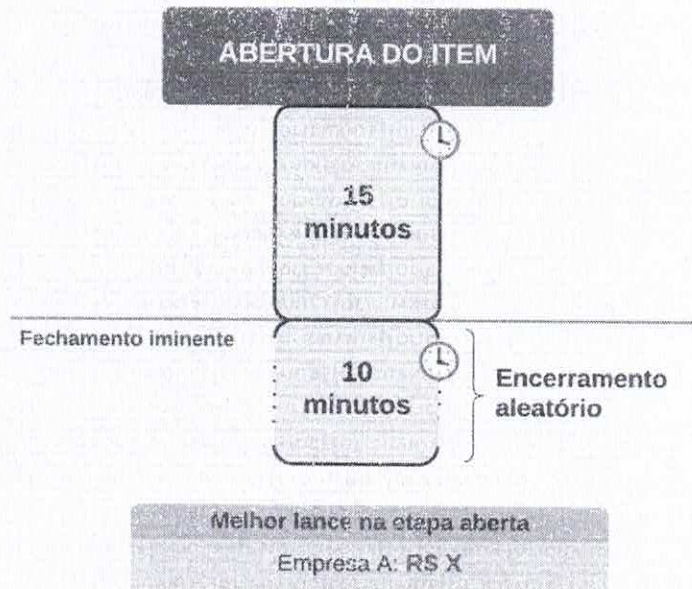
Como forma de entender os modos de disputa,   importante indicar os fluxogramas para cada modalidade:



OLICITANTE
Danielson Barcelos

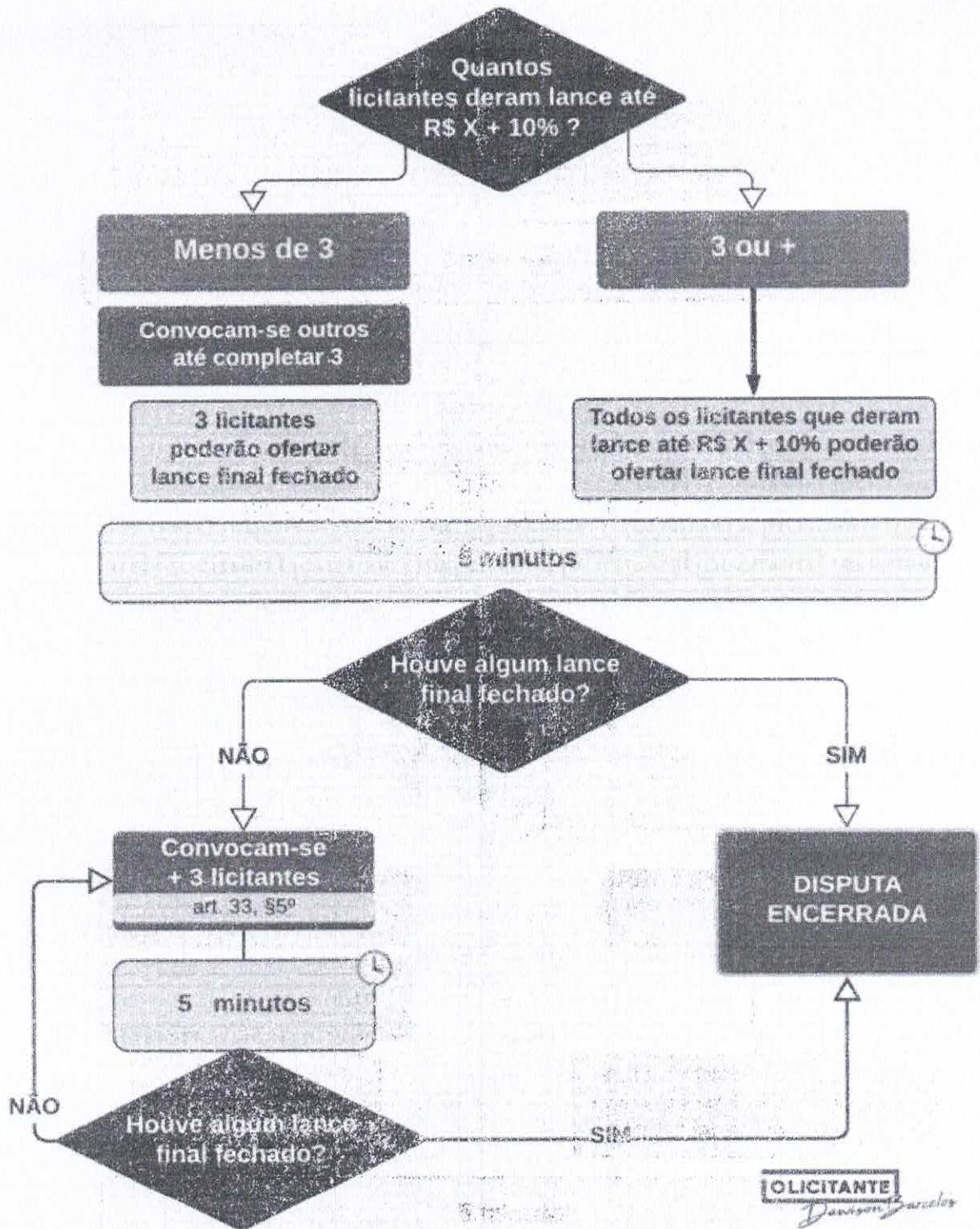


PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
Assessoria Jurídica





PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
Assessoria Jurídica





PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
Assessoria Jurídica



Desta forma, a op o pelo modo de disputa aberto   adequada   obten o da melhor proposta para a Administra o Pública Municipal. O art. 40, da Lei n  8.666/1993, dispõe acerca dos requisitos que devem estar contidos nos Editais de Licita o:

Art. 40. O edital conter  no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da reparti o interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execu o e o tipo da licita o, a men o de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documenta o e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licita o, em descri o sucinta e clara;
- II - prazo e condi es para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execu o do contrato e para entrega do objeto da licita o;
- III - san es para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - se há projeto executivo disponível na data da publica o do edital de licita o e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - condi es para participa o na licita o, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresenta o das propostas;
- VII - critério para julgamento, com disposi es claras e parâmetros objetivos;
- VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunica o   distância em que serão fornecidos elementos, informa es e esclarecimentos relativos   licita o e às condi es para atendimento das obriga es necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - condi es equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licita es internacionais;
- X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixa o de preços máximos e vedados a fixa o de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de varia o em rela o a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1  e 2  do art. 48;
- XI - critério de reajuste, que deverá retratar a varia o efetiva do custo de produ o, admitida a ado o de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresenta o da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XIII - limites para pagamento de instala o e mobiliza o para execu o de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;
- XIV - condi es de pagamento, prevendo:
 - a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
 - b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
 - c) critério de atualiza o financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
 - d) compensa es financeiras e penaliza es, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipa es de pagamentos;
 - e) exigência de seguros, quando for o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
Assessoria Jurídica



- XV - Instruções e normas para os recursos previstos nesta LEB;
- XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Percebe-se, analisando a minuta apresentada, que todos os requisitos foram devidamente preenchidos, devendo, entretanto, o pregoeiro, atentar para alguns detalhes.

Na minuta do Edital há declaração de que a licitante cumpre os requisitos do Edital (declaração de habilitação), prevista no art. 4º, VII, da Lei 10.520/2002. Ora, tal documento é necessário por imposição legal, entretanto não deve levar ao descredenciamento ou inabilitação de qualquer licitante.

Apesar de inserta na Lei nº 10.520/2002, tal declaração se consubstancia, unicamente, à ciência, da licitante, de que cumpra os requisitos de habilitação e, não, do Edital, como indicado. Até ~~mesmo~~ a aplicação do referido dispositivo legal é questionada. O Emérito Jurista Manoel Justen Filho assim leciona:

"A primeira crítica ao dispositivo reside no evidente equívoco: não se trata de uma "declaração de ciência". Em termos técnicos, essa expressão indica uma manifestação do declarante sobre seu conhecimento tendo por objeto fatos ocorridos. É uma contradição em termos afirmar que um sujeito manifestou "declaração de ciência" de que apresentará um envelope. Na verdade, a declaração exterioriza a manifestação de vontade do interessado declarando que os envelopes que apresentará contêm os documentos exigidos pelo edital e propostas conforme as exigências impostas. Mas a segunda crítica é muito mais séria: qual a utilidade jurídica da declaração? Qual seu efeito? Não há resposta plausível, eis que o relevante é o conteúdo dos envelopes, não a declaração sobre o dito cujo. É evidente que o defeito na documentação ou na proposta não é suprida pela declaração. Ou seja, o sujeito pode apresentar dita declaração, mas isso não o dispensará de cumprir fielmente as exigências do edital. Declaração perfeita e documentação defeituosa conduzem à inabilitação do interessado"

Neste prisma, verifica-se que a declaração acima referenciada, apesar de constar no art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, não se afigura como razoável para caracterizar descredenciamento ou inabilitação, posto que pode inibir o caráter competitivo do certame licitatório. O posicionamento desta Assessoria Jurídica é pela manutenção da existência da declaração, que pode ser, inclusive, efetivada, em ata,

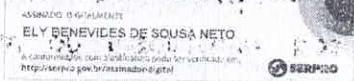
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
Assessoria Jurídica



pelos representantes legais no ato da Sessão, apenas como formalidade ~~necessária~~
estabelecida pela Legislação, mas nunca com poderes para inabilitar ou
descredenciar o licitante. Assim, o parecer é pela aprovação da minuta
apresentada, com as considerações acima especificadas.

É o parecer, S.M.J.

Soure (PA), 1º de fevereiro de 2023.



Ely Benevides de Sousa Neto
Assessor Jurídico – OAB/PA 12.502